

### Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 10.

#### Novo modelo clínico propõe cinco etapas para a prevenção do suicídio


Com base na psicoterapia existencial e em pesquisas empíricas recentes, método foca em fazer o paciente redescobrir o sentido e o propósito

Jean Silva

10/09/2025

Interessado, desde o início da pós-graduação, no tema-tabu do suicídio, o psicólogo Élisson Santos propôs um novo modelo clínico de cinco etapas para a prevenção. Em seu doutorado em Psicologia Clínica, no Instituto de Psicologia (IP) da USP, Santos modelou uma estratégia integrada de princípios contemporâneos baseados em evidências, na psicoterapia existencial, logoterapia e pesquisas empíricas. Pela complexidade da ideação suicida, esses cinco passos foram elencados em detalhes em artigo publicado pela revista *Journal Contemporary Psychotherapy*.

Sem hierarquias entre as etapas, ele apresenta como primeiro passo a recepção diferenciada; em seguida, a conexão dos indivíduos com seus valores fundamentais e responsabilidades; depois, a expansão das perspectivas e possibilidades. Os últimos dois passos consistem em navegar por tensões existenciais, encorajando a ambivalência da vida, e auxiliar na redescoberta do propósito e agência.

Para o psicólogo, não há uma etapa mais importante que outra: "Precisa de muito cuidado para ajudar [um indivíduo em ideação suicida] de forma delicada e assertiva, para ele perceber que existe um sentido, ou ajudá-lo a encontrar um", destaca 

A busca humana por direção como uma força motivacional primária da psicologia existencial é o cerne dessa formulação. Conforme o autor, integrar conceitos e abordagens diferentes permite compreender não apenas as preocupações imediatas com a segurança, mas também o sofrimento existencial subjacente que contribui para os pensamentos suicidas. "O objetivo é propor um framework que possa ser utilizado por terapeutas de qualquer abordagem para lidar com a ideação suicida. Busca-se entender o fenômeno da ideação suicida e desenvolver um modelo para diferentes contextos", afirma Santos.

#### Da conexão humana à redescoberta

Na primeira etapa, de recepção diferenciada, o pesquisador ressalta a importância de fornecer conexão humana que reafirme a dignidade e o valor do paciente, devido ao profundo isolamento social, autopercepção como fardo e pertencimento frustrado – conforme alguns modelos teóricos do suicídio. A terapêutica é caracterizada pelo entendimento e validação para conter esses sentimentos, promovendo segurança, pertencimento e a sensação de ser verdadeiramente enxergado. "Esse é um passo comum para todas as terapias, a questão da acolhida", indica o pesquisador.

Em seguida, entram os valores e responsabilidades. Para isso, o terapeuta precisa guiar a pessoa paciente a identificar ou se reconectar a valores pessoais, sentidos de vida e seu senso de responsabilidade. Conforme Santos, a ideação suicida pode ser entendida, em parte, como um desvio decorrente de uma desconexão com esse senso interno de propósito. "É abrir um pouco essa ideia. Por exemplo, ajudar a pessoa a perceber que ela se importa com as pessoas pode despertar o senso de responsabilidade", continua.

Então, no terceiro e no quarto passo, busca-se expandir perspectivas e possibilidades, e navegar por tensões existenciais encorajando a ambivalência da vida. Estes são passos posteriores, mas mantêm-se importantes. "Se a ideação suicida tem a ver com um beco sem saída, então eu preciso falar: 'Olha, está vendo essa esquina, você entrou nesse beco sem saída, mas se der uns três passos atrás vai ver que existe um monte de outros caminhos aqui' ", explica sobre a expansão de horizontes do passo três. Já no passo quatro, ele ressalta a importância dessas pessoas "entenderem que a tensão que temos na vida faz parte dessa ambivalência comum a todos, e ajudar o paciente a se conectar com essas capacidades que temos de lidar com ela".

"Se a ideação suicida tem a ver com um beco sem saída, então eu preciso falar: 'Olha, tá vendo essa esquina, você entrou nesse beco sem saída, mas se der uns três passos atrás vai ver que tem um monte de outros caminhos aqui'"

Por último, na etapa final, de redescoberta do propósito e agência, a proposta é orientar essas pessoas a reconhecerem sua dor, de sentimentos de derrota e aprisionamento, ou falta de conquistas percebidas, direcionando-as a observá-los como percepções distorcidas da realidade. Para isso, os terapeutas auxiliam o paciente a acessar forças internas e a relembrar valores e objetivos mantidos antes da crise. A implementação bem-sucedida exige que os psicólogos clínicos desenvolvam competências em trabalho existencial centrado no direcionamento, com sensibilidade à diversidade de sistemas de crenças que possam ser apresentados.

## Futuro da pesquisa

Essa modelagem preocupada mutuamente com a segurança e o sofrimento existencial precisa ainda ser consolidada por mais pesquisas. São necessários testes empíricos por meio de ensaios clínicos randomizados em larga escala para estabelecer sua eficácia e qualquer intervenção deve ser adaptada às necessidades individuais. Ainda assim, as contribuições da teoria de Análise Existencial de Viktor Frankl e a logoterapia dessa, que destaca a "vontade de sentido" como a motivação fundamental, permitiram ao estudo destacar a capacidade humana de superar situações extremas, mesmo diante de limitações sociais e sofrimento.

Em meio a um cenário global de extremismos, desigualdades e ansiedade climática, sentimentos que assolam os jovens com medo das mudanças climáticas, o suicídio ganha outras faces como sintoma dos problemas da sociedade. Ainda assim, apesar de o professor reconhecer que as psicoterapias podem não ter um alcance social massivo, elas podem ser capazes de "ajudar uma pessoa, o que pode curar simbolicamente a sociedade", afirma. "Às vezes, basta alguém mostrar interesse e preocupação para mudar o destino de uma pessoa. A área da saúde mental é complexa, e a combinação de estudos humanizadores e evidências científicas [na psicologia] pode ser produtiva", conclui o professor.

### Questão 1

Assinale a alternativa que apresenta a característica determinante do gênero perceptível nesta reportagem.

- A) A multimodalidade de mídias e recursos.
- B) A construção de uma narrativa como instrumento de denúncia.
- C) A abordagem detalhada e extensiva do tema.
- D) A pluralidade de vozes e de pontos de vista.
- E) A composição em série por variados textos.

### Questão 2

Assinale a alternativa cujo fator NÃO pode ser explicitamente relacionado à pesquisa e à sua divulgação pela reportagem.

- A) A crescente dos anseios geracionais.
- B) A polarização política refletida em angústias individuais.
- C) A divulgação institucional de comunicações científicas.
- D) A banalização de diagnósticos de transtornos mentais.
- E) A campanha de conscientização do Setembro Amarelo.



### Questão 3

Assinale a alternativa que melhor expressa a relevância da pesquisa para a psicologia.

- A) O combate ao preconceito e à discriminação de transtornos mentais.
- B) A visibilidade das pesquisas atuais no tema da prevenção ao suicídio.
- C) A integração de estratégias para a consolidação de um modelo contemporâneo.
- D) O aumento do debate civil sobre as causas sociais da ideação suicida.
- E) A difusão da terapia como alternativa à medicalização na sociedade hodierna.

### Questão 4

Assinale a alternativa que justifica o uso do hífen no termo "tema-tabu" pelo jornalista.

- A) A dualidade nas discussões do tema do suicídio.
- B) A composição de um adjetivo a partir de dois substantivos.
- C) A construção de substantivo a partir do prefixo "tema".
- D) A ironia da abordagem do tema na data da publicação.
- E) A cacofonia provocada pela repetição do fonema /t/.

### Questão 5

A intencionalidade do jornal, ao publicar a reportagem, pode ser inferida como:

- A) divulgar os meios de prevenção e as formas de busca por ajuda psicológica.

- B) defender o tratamento medicamentoso e psiquiátrico dos pacientes mentais.
- C) propagar conceitos teóricos específicos na tratativa da temática.
- D) alertar a população sobre o aumento dos transtornos mentais.
- E) conscientizar nacionalmente sobre a necessidade de abordagem do tema.

**Questão 6**

Assinale a alternativa CORRETA sobre o uso do pronome "este", no sétimo parágrafo, em "Estes são passos posteriores".

- A) O pronome exerce função catafórica, apresentando informação.
- B) O uso adequado, nesse contexto, seria o do pronome "esses".
- C) "Estes" refere-se a "tensões existenciais".
- D) O pronome expressa a posição temporal dos passos indicados.
- E) Utiliza-se "este" anaforicamente em oposição a "aqueles".

**Questão 7**

A concordância do verbo "é" ocorre em relação a qual termo da oração: "A busca humana por direção como uma força motivacional primária da psicologia existencial é o cerne dessa formulação."?

- A) "direção".
- B) "humana".
- C) "psicologia".
- D) "busca".
- E) "força".

**Questão 8**

Assinale a alternativa em que a substituição da preposição "para" acarretaria na contração acentuada indicativa de crase. 

- A) "Para o psicólogo (...)."
- B) "(...) para os pensamentos suicidas."
- C) "(...) para todas as terapias."
- D) "(...) para a prevenção do suicídio."
- E) "(...) para lidar com a ideação suicida."

**Questão 9**

Em "O objetivo é propor um framework que possa ser utilizado por terapeutas de qualquer abordagem para lidar com a ideação suicida.", o termo "que" funciona como:

- A) conjunção causal.
- B) substantivo.
- C) pronome interrogativo.
- D) conjunção integrante.
- E) pronome relativo.

**Questão 10**

Em "Busca-se entender o fenômeno da ideação suicida e desenvolver um modelo para diferentes contextos", ambas as orações, introduzidas por "entender" e "desenvolver", são orações subordinadas substantivas reduzidas de infinitivo que exercem função de:

- A) aposto.
- B) complemento nominal.
- C) objeto direto.

D) sujeito.

E) objeto indireto.

## Informática

### Questão 11

Em ambientes corporativos, a Inteligência Artificial (IA) tem sido utilizada para otimizar processos administrativos, como análise de contratos, detecção de fraudes e organização de dados jurídicos. Considerando os tipos de IA, assinale a alternativa cuja abordagem CORRETA permite que sistemas tomem decisões baseadas em regras pré-estabelecidas, sem necessidade de aprendizado contínuo.

- A) Aprendizado não supervisionado, pois identifica padrões sem intervenção humana.
- B) Sistemas especialistas, pois utilizam regras e conhecimentos previamente codificados para inferir soluções.
- C) Aprendizado por reforço, pois ajusta decisões a partir de recompensas ou penalidades.
- D) Aprendizado supervisionado, pois o sistema aprende com exemplos prévios para tomar decisões precisas.
- E) Redes neurais artificiais, pois simulam o cérebro humano e aprendem com grandes volumes de dados.

### Questão 12

Um advogado que atua em um departamento jurídico corporativo precisa agilizar a elaboração e análise de contratos digitais. Em vez de usar apenas o mouse para alternar entre documentos, ele decide utilizar atalhos de teclado do Microsoft Windows para melhorar sua produtividade e reduzir erros durante o manuseio de múltiplos arquivos. Sendo assim, qual dos atalhos a seguir permite alternar rapidamente entre janelas abertas no Windows, otimizando o fluxo de trabalho jurídico?

- A) Tecla Shift + Tab
- B) Tecla Win + L
- C) Tecla Alt + Tab
- D) Tecla Ctrl + Alt
- E) Tecla Ctrl + Tab

### Questão 13

Um contador precisa consolidar dados financeiros de vários centros de custo no Excel 2016. Durante a elaboração de uma planilha eletrônica, ele deseja somar apenas os valores da coluna "Despesas" que correspondem ao centro de custo "Administrativo", sem precisar filtrar manualmente os dados. Então, qual função do Microsoft Excel 2016 deve ser utilizada para realizar essa tarefa de forma automatizada?

- A) SOMASE()
- B) MÉDIA()
- C) CONT.VALORES()
- D) SOMA()
- E) PROCV()

### Questão 14

Um comunicador corporativo precisa compartilhar uma pasta com relatórios estratégicos no Google Drive com a equipe de marketing digital. O objetivo é permitir que todos os integrantes visualizem e façam considerações, mas não editem os arquivos originais, garantindo a integridade do conteúdo. Diante disso, qual configuração de compartilhamento deve ser aplicada no Google Drive para atender a esse requisito?

- A) Permitir acesso como compartilhamento e enviar os arquivos por e-mail.
- B) Permitir acesso como proprietário restrito para todos os integrantes da equipe.
- C) Permitir acesso como editor para todos com o link enviado aos convidados.
- D) Permitir acesso como visualizador apenas para usuários autenticados do domínio da conta gmail.
- E) Permitir acesso como comentarista para os usuários convidados.

### Questão 15

Um advogado que atua no departamento jurídico de uma empresa está avaliando o uso de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) para otimizar a análise de contratos. O objetivo é identificar cláusulas de risco e gerar relatórios preliminares, sem que a



ferramenta substitua a revisão jurídica humana. Neste contexto, qual recurso de IA seria mais adequado para automatizar essa tarefa, garantindo maior agilidade sem comprometer a responsabilidade técnica do advogado?

- A) Sistemas especialistas de automação física para arquivamento e análise de documentos impressos.
- B) Sistemas especialistas configurados com regras dinâmicas de compliance jurídico.
- C) Redes neurais voltadas à geração automática de sentenças judiciais por aprendizagem por reforço.
- D) Ferramentas de visão computacional voltadas apenas para reconhecimento de imagens de arquivos jurídicos.
- E) Modelos de processamento de linguagem natural treinados para análise de documentos.

#### Conhecimentos Gerais

#### Questão 16

À luz do que preceitua a Constituição Federal de 1988 acerca da Organização do Estado, considere os itens a seguir.

**I. Compete privativamente à União legislar sobre: desapropriação.**

**II. Compete concorrentemente à União legislar sobre: proteção e tratamento de dados pessoais.**

**III. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público**

**IV. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.**

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) II, III e IV, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.
- E) I, II e IV, apenas.



#### Questão 17

Tendo por norte o que a Constituição de 1988 estabelece acerca da Organização dos Poderes, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

( ) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

( ) Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

( ) Compete privativamente à Câmara dos Deputados: proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de cento e vinte dias após a abertura da sessão legislativa.

( ) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

- A) F, V, F, V.
- B) V, F, F, F.
- C) F, V, V, F.
- D) V, F, V, F.
- E) V, V, F, V.

#### Questão 18

Preencha as lacunas a seguir extraídas da Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011, e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

"Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

IV - \_\_\_\_\_ : aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

(...)

IX - \_\_\_\_\_ : qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações."

- A) Informação. Primariedade.
- B) Informação sigilosa. Autenticidade.
- C) Documento. Integridade.
- D) Documento pessoal. Integridade.
- E) Informação pessoal. Primariedade.

Questão 19

Sob o regramento estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, considere os itens a seguir.

I.A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso haja anuência do requerente.

II.No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 5 (cinco) dias a contar da sua ciência.

III.Negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias se: I - o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado; II - a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação; III - os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos nesta Lei não tiverem sido observados; e IV - estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Lei.

IV.O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) II, III e IV, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.
- E) I, II e IV, apenas.

Questão 20

A respeito do que preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente quanto aos Direitos Fundamentais, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação.

Os estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, de terapia intensiva e de cuidados intermediários, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.

É facultativa a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.

A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, exceto aos pais.

- A) V, F, V, F.

- B) V, V, F, F.
- C) F, V, F, V.
- D) F, V, V, F.
- E) V, F, F, V.

**Questão 21**

A respeito da Lei nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, considere os itens a seguir.

**I.**O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: I - preparatória; II - de divulgação do edital de licitação; III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; IV - de julgamento; V - de habilitação; VI - recursal; VII - de homologação.

**II.**As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

**III.**O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.

**IV.**É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- A) I, III e IV, apenas.
- B) I, II e IV, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, II e III, apenas.

**Questão 22**



Assinale a alternativa que preencha **CORRETAMENTE** a lacuna a seguir, extraídas do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pinhais.

"Art. 17 O (a) Vereador (a) poderá licenciar-se:

"Parágrafo Único - A Vereadora gestante ou em caso de adoção de menor lactante, poderá licenciar-se, por \_\_\_\_\_ dias, sem prejuízo da remuneração."

- A) Trinta.
- B) Noventa.
- C) Cento e oitenta.
- D) Cento e vinte.
- E) Sessenta.

**Questão 23**

Assinale a alternativa que esteja em confronto com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Pinhais - PR.

- A) O (a) Vereador (a) ocupante de cargo na Mesa, poderá dele renunciar, através de ofício a ela dirigido, que se efetivará, independente de deliberação do Plenário, a partir de sua leitura em Sessão. Sendo realizada dentro de cinco dias úteis, eleição para preencher o cargo.
- B) A Mesa será composta por um Presidente, um 1º Vice-Presidente, um 2º Vice-Presidente, um 1º Secretário (a) e um 2º Secretário (a).
- C) A investidura em cargo no Executivo Municipal depende de licença, não se considerando o investido automaticamente afastado.

- D) Cabe ao líder, dentre outras atribuições previstas neste regimento, indicar membros de sua representação para compor as comissões permanentes, bem como os respectivos substitutos e sucessores.
- E) O mandato da Mesa será de dois anos, autorizada a reeleição para o mesmo cargo, na eleição imediatamente subsequente, na mesma legislatura.

#### Questão 24

À luz do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pinhais, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

O (a) Presidente (a), representante da Câmara Municipal, quando ela haja de se pronunciar coletivamente, dirige seus trabalhos e fiscaliza a sua ordem, na conformidade deste regimento.

O (a) 1º Vice-Presidente (a) substituirá o (a) Presidente (a) no exercício de suas funções, em caso de impedimento ou ausência.

A segurança do edifício da Câmara Municipal compete à Mesa Executiva, sob a direção do 1º Secretário.

Na parte reservada do recinto do Plenário, durante as sessões, só serão admitidos os Vereadores e Vereadoras, servidores em serviço e convidados.

- A) V, F, V, F.
- B) F, V, F, V.
- C) V, V, F, V.
- D) V, F, F, F.
- E) F, F, V, V.

#### Questão 25

Tendo por referência a Lei Orgânica do Município de Pinhais, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Vereador é inviolável, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.
- B) A Câmara reunir-se-á extraordinariamente em caso de urgência ou de interesse público relevante, por convocação do Prefeito seu Presidente, de ofício ou à vista de requerimento da maioria absoluta dos Vereadores.
- C) Antes da posse, os Vereadores, facultativamente, poderão apresentar declaração de bens.
- D) Regimento Interno da Câmara Municipal estabelecerá sua organização interna, observado o seguinte: I - eleição da Mesa Executiva no dia imediato à Sessão de Instalação da legislatura, em escrutínio nominal e maioria absoluta de votos; II - possibilidade de destituição dos membros da Mesa Executiva que exorbitem de suas atribuições; III - possibilidade de criação e Comissões de Inquérito, com amplos poderes de investigação, que se considerarão criadas com a apresentação de requerimento subscrito por um terço dos Vereadores, para apuração de fato determinado e por prazo certo.
- E) A Sessão Legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias, desde que tempestivamente encaminhado pelo Executivo.

#### Conhecimentos Específicos

#### Questão 26

Durante processo de atualização cadastral no Município de Pinhais - PR, a contribuinte Maria solicitou ao Departamento de Arrecadação acesso às informações pessoais constantes de seu cadastro tributário e também a correção de seu endereço, registrado de forma incorreta. O órgão, entretanto, negou tanto o acesso às informações quanto a retificação solicitada. Inconformada, Maria decidiu ajuizar medida judicial para assegurar seus direitos. Sobre essa situação, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Cabe habeas data, destinado a assegurar o conhecimento de informações pessoais do impetrante constantes de registros de entidades governamentais e a retificação desses dados.
- B) Cabe mandado de segurança, admitido quando não houver remédio constitucional específico previsto para a situação, como é o caso.
- C) Cabe mandado de injunção, diante da ausência de lei municipal regulamentadora da matéria.
- D) Cabe habeas corpus, já que houve manifesta lesão à liberdade de locomoção da contribuinte.
- E) Cabe ação popular, por envolver moralidade administrativa na manutenção do cadastro.

#### Questão 27

No Município de Pinhais - PR, policiais militares, sem ordem judicial e sem que houvesse situação de flagrante delito, impediram os membros de uma associação cultural regularmente constituída de ingressar em sua sede para realização de atividades internas. O impedimento ocorreu em razão de divergências políticas locais. Os associados, inconformados, buscam resguardar seus direitos fundamentais. A respeito do caso, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Não houve violação, pois o Estado pode intervir sempre que alegar preservação da ordem pública, independentemente de ordem judicial, mesmo sem hipóteses constitucionais específicas.
- B) O direito de associação pode ser limitado por divergências políticas internas, sem necessidade de decisão judicial.
- C) Houve violação à liberdade de associação, pois a Constituição veda interferência estatal em seu funcionamento, salvo por decisão judicial.
- D) O direito de associação protege apenas contra atos de particulares, não alcançando atos de agentes públicos.
- E) O direito de associação pode ser restringido por ato administrativo unilateral quando conveniente ao interesse público.

#### Questão 28

No Município de Pinhais - PR, o Prefeito encaminhou à Câmara projeto de lei criando cargos em comissão. Após aprovação em plenário, o Prefeito vetou parcialmente o texto. O veto foi submetido à Câmara, que o rejeitou por maioria absoluta. Ocorre que o Prefeito não promulgou a lei, permanecendo inerte mesmo após a decisão legislativa. Diante do caso, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Compete à Mesa Diretora da Câmara determinar nova votação do projeto de lei para sanar a omissão do Prefeito.
- B) Compete ao Presidente da Câmara Municipal promulgar a lei em caso de omissão do Prefeito, após rejeição do veto.
- C) Compete exclusivamente ao Prefeito a promulgação da lei, não cabendo atuação substitutiva do Legislativo.
- D) Compete ao Tribunal de Justiça determinar a promulgação da lei, suprindo a omissão do Prefeito.
- E) Compete à Mesa Diretora da Câmara promover a promulgação da lei em caso de inércia do Prefeito.

#### Questão 29

Um servidor estável do Município de Pinhais - PR foi aprovado em concurso público municipal para outro cargo estatutário, considerado legalmente incompatível com o anterior. Para assumir o novo cargo, requereu a declaração de vacância do cargo anterior, sem necessidade de exoneração. De acordo com o Estatuto dos Servidores de Pinhais, assinale a alternativa CORRETA.

- A) É possível a declaração de vacância por posse em cargo incompatível, desde que expressamente prevista na lei municipal.
- B) A vacância ocorre automaticamente, independentemente de previsão legal, bastando a posse no novo cargo.
- C) Não é cabível vacância nessa hipótese, devendo o servidor ser exonerado do cargo anterior.
- D) A vacância não se aplica aos servidores estatutários municipais, mas apenas aos celetistas.
- E) A vacância depende de autorização judicial que substitua o ato administrativo do Município.

#### Questão 30

A Secretaria de Obras do Município de Pinhais - PR firmou contrato para execução de pavimentação de ruas. Durante a execução, constatou-se que a empresa contratada estava utilizando materiais de qualidade inferior aos previstos no edital e no contrato. A administração aplicou multa e determinou a correção imediata do serviço. A empresa, ao recorrer, sustentou que o interesse público estaria preservado mesmo com a execução inadequada. Diante disso, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A atuação foi ilegítima, pois a supremacia do interesse público autoriza aceitar a execução de forma diferente da contratada, desde que a coletividade não seja prejudicada.
- B) A atuação foi ilegítima, pois o princípio da eficiência permite flexibilizar unilateralmente exigências contratuais previstas no edital.
- C) A atuação da Administração foi legítima, pois deve observar a legalidade e a vinculação ao edital, não podendo admitir execução contratual diversa da prevista, notadamente pela qualidade inferior dos materiais.
- D) A atuação foi legítima, mas a vinculação ao edital possui caráter meramente formal e pode ser afastada para reduzir custos.
- E) A atuação foi ilegítima, já que o princípio da moralidade autoriza substituir o cumprimento da lei por critérios discricionários de conveniência.

#### Questão 31

O Município de Pinhais - PR declarou de utilidade pública um imóvel para construção de uma escola. Ajuizada a ação de desapropriação, o proprietário requereu levantamento imediato do valor depositado em juízo. O Município alegou que isso só seria possível após o trânsito em julgado. Sobre o assunto, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O levantamento pode ser autorizado antes da sentença, desde que o expropriado comprove a propriedade e não haja ônus ou oposição de terceiros, mediante decisão judicial.
- B) O levantamento depende de lei da Câmara Municipal que o autorize caso a caso.
- C) O levantamento é automático com o depósito judicial e independe de decisão do juiz.
- D) O levantamento é vedado em qualquer hipótese antes do trânsito em julgado e a respectiva imissão na posse pela Administração.
- E) O levantamento só é possível após o trânsito em julgado da sentença, ainda que não haja controvérsia sobre a titularidade.

#### Questão 32

**Servidor estável foi acusado de abandono de cargo. Notificado para defesa, deixou transcorrer o prazo. A comissão designou defensor dativo e, ao final, a autoridade competente aplicou a penalidade de demissão. Diante disso, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) A nomeação de defensor dativo é legítima ao caso e assegura o direito ao contraditório e à ampla defesa quando o servidor permanece inerte.
- B) A ausência de defesa específica por advogado constituído invalida automaticamente o processo, ainda que haja defensor dativo com poderes para atuar.
- C) A demissão de servidor estável somente pode ocorrer por decisão judicial transitada em julgado, não cabendo à esfera administrativa a decisão.
- D) A decisão é nula, já que só poderia ser proferida mediante concordância expressa do servidor acusado.
- E) A nomeação de defensor dativo é legítima, mas a autoridade julgadora está vinculada integralmente ao relatório da comissão processante.

#### Questão 33

**Em licitação promovida pelo Município de Pinhais - PR, a empresa Pinho de Luz apresentou certidões de regularidade fiscal com prazo de validade vencido. Intimada, não regularizou a documentação dentro do prazo legal. A comissão declarou a inabilitação da empresa, que recorreu pedindo novo prazo. Sendo assim, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) A decisão foi incorreta, pois a situação deveria ser tratada apenas na fase de julgamento das propostas, e não na habilitação, já que a inabilitação só pode ocorrer quando houver um ou mais concorrentes.
- B) A decisão foi correta, pois, não havendo regularização no prazo legal, impõe-se a inabilitação, o que inclusive obedece ao princípio da legalidade.
- C) A decisão foi incorreta, pois a Administração deve conceder sucessivos prazos enquanto persistir interesse público em ampliar a competitividade.
- D) A decisão foi correta, embora a situação pudesse ter sido mitigada pela Administração em prol da primazia do mérito, já que certidões de regularidade fiscal constituem mera formalidade e não deveriam restringir a participação.
- E) A decisão foi incorreta, pois não cabe recurso contra ato de inabilitação em licitações.

#### Questão 34

**O Secretário de Finanças do município de Pinhais - PR, ciente da irregularidade de sua conduta, autorizou liberação de verbas públicas para custear despesas pessoais de um particular com quem estava mantendo um relacionamento amoroso. A verba foi liberada sem previsão legal ou orçamentária e gerou um prejuízo financeiro não reembolsado ao erário. Sobre o assunto, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) A conduta descrita só configuraria improbidade após trânsito em julgado de ação penal que reconhecesse o dolo do agente.
- B) A conduta descrita configura apenas irregularidade administrativa, pois não houve enriquecimento ilícito direto do agente, mas de terceiro.
- C) A conduta descrita configura ato de improbidade, pois houve conduta dolosa que resultou em lesão ao patrimônio público, ainda que não tenha havido enriquecimento ilícito do agente.
- D) A conduta descrita não configura improbidade, pois é necessário enriquecimento ilícito do agente para caracterização do ato.
- E) A conduta descrita apenas configuraria improbidade se o beneficiário fosse também agente público no exercício do cargo.

#### Questão 35

**O Prefeito do Município de Pinhais - PR editou decreto regulamentar que alterou exigências para contratos administrativos em andamento, impondo novas obrigações mais gravosas às empresas já contratadas. Uma das contratadas ajuizou ação, sustentando que a norma não poderia retroagir para alcançar contratos firmados antes de sua edição. À luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa CORRETA.**

- A) A lei pode retroagir sempre que a Administração alegar interesse público relevante, independentemente de previsão expressa.
- B) A lei, em regra, começa a vigorar no território nacional em 45 dias após a publicação oficial e não retroage para atingir situações já constituídas, razão pela qual não deve atingir os contratos administrativos em andamento.
- C) Atos administrativos não se submetem ao princípio da irretroatividade, podendo a nova lei alcançar situações anteriores livremente.
- D) A retroatividade de norma municipal depende exclusivamente de autorização da Câmara Municipal, dispensada previsão legal expressa.
- E) A lei jamais pode retroagir, nem quando expressamente o determine em benefício do administrado, razão pela qual os contratos administrativos em andamento sempre serão preservados.

#### Questão 36

**Em 2010, João vendeu um imóvel a Pedro, mas continuou residindo no local sem entregar a posse efetiva. Em 2023, Pedro ajuizou ação reivindicatória para reaver o bem. João apresentou contestação alegando que, pelo decurso do tempo, o direito de Pedro estaria prescrito. Considerando o regime da prescrição e da decadência no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) A ação reivindicatória prescreve em 10 anos contados da celebração da compra e venda.
- B) O direito de propriedade se extingue automaticamente após 10 anos de inércia do titular.
- C) A ação reivindicatória prescreve em 5 anos, por analogia às ações possessórias.
- D) O direito de propriedade é imprescritível, podendo o proprietário reivindicar o imóvel a qualquer tempo, mas a pretensão não terá êxito se o possuidor tiver preenchido os requisitos legais para usucapião e adquirido o domínio por essa forma originária.
- E) O direito de propriedade está sujeito à decadência, que ocorre após 10 anos de inatividade do titular.

#### Questão 37

**Carlos ocupa, há 6 anos, imóvel urbano de 180 m<sup>2</sup>, localizado em área consolidada da cidade de Pinhais - PR. Nesse período, exerceu posse contínua e pacífica, utilizando o imóvel para moradia própria e de sua família, sem oposição e sem possuir outro imóvel urbano ou rural. O proprietário registral nunca reivindicou a área. À luz da disciplina legal da usucapião, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) Carlos adquiriu o domínio por usucapião especial urbano, pois preencheu os requisitos de posse ininterrupta por 5 anos, utilização para moradia e área não superior a 250 m<sup>2</sup>, não sendo proprietário de outro imóvel.
- B) Carlos não pode adquirir o imóvel, pois o prazo mínimo exigido para usucapião urbano é de 10 anos.
- C) Carlos ainda não pode usucapir o imóvel, pois imóveis com área de 180 m<sup>2</sup>, sem justo título, enquadram-se na usucapião extraordinária que, ainda com a redução do tempo decorrente da moradia habitual, exige o decurso de prazo de 10 anos.
- D) Carlos poderia adquirir o imóvel pela usucapião ordinária, ainda que não possua justo título, mas desde que comprove a boa-fé.
- E) Carlos não pode adquirir o imóvel, pois a área máxima permitida para a modalidade especial é de 150 m<sup>2</sup>.

#### Questão 38

**A empresa Pinhais da Sorte ajuizou ação de cobrança no foro de sua sede, situado em Estado diverso daquele em que reside o réu. O magistrado, ao analisar a petição inicial, deixou de declinar de ofício a competência territorial. O réu, por sua vez, apresentou contestação arguindo preliminar de incompetência. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) A competência territorial nas ações de cobrança é absoluta e deve ser declarada de ofício pelo magistrado.
- B) O juiz deve afastar a incompetência, pois a regra geral fixa o foro no domicílio do autor, cabendo ao réu litigar onde este reside.
- C) O juiz agiu corretamente, pois a incompetência relativa não deve ser reconhecida de ofício e deve ser alegada pelo réu em preliminar de contestação. No caso, a incompetência é justificável, já que a regra geral é o foro do domicílio do réu.
- D) O juiz deve afastar a incompetência, pois o foro de eleição contratual estipulado unilateralmente pela autora prevalece sempre sobre o domicílio do réu.
- E) O juiz deveria ter reconhecido a incompetência de ofício, pois o foro do domicílio do réu é de natureza absoluta. Não o fazendo, tem-se a prorrogação da competência por erro *in iudicando*.

#### Questão 39

**Em ação indenizatória proposta contra a empresa Luzes do Pinho, a autora requereu bloqueio imediato de valores em razão do risco de dilapidação patrimonial da ré antes do julgamento.**

**Em um segundo caso, um credor apresentou documentos comprobatórios do contrato e do inadimplemento do devedor, o qual foi citado, mas permaneceu revel, deixando de apresentar contestação.**


**Considerando as hipóteses de tutela provisória previstas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) No primeiro caso, cabe uma tutela de urgência cautelar, pois há risco de dano ao resultado útil do processo; no segundo, cabe uma tutela da evidência, já que, diante da prova documental e da revelia, a lei dispensa a demonstração do perigo de dano.
- B) No primeiro caso, cabe tutela da evidência, pois a urgência decorre sempre de risco de dilapidação patrimonial.
- C) No primeiro caso, cabe tutela de evidência em caráter antecedente, desde que demonstrado o perigo de dano, independentemente da prova documental do contrato.
- D) No segundo caso, não cabe tutela provisória, já que a ausência de contestação não autoriza antecipação de efeitos.
- E) Em ambos os casos, a concessão de tutela provisória depende obrigatoriamente de caução prestada pela parte autora.

**Questão 40**

**O servidor municipal Pedro ajuizou ação contra o Município de Pinhais - PR, perante o Juizado Especial da Fazenda Pública, requerendo diferenças salariais no valor de R\$ 65.000,00. O magistrado extinguiu o processo sem resolução do mérito, sob fundamento de que o valor da causa ultrapassava o limite de competência do juizado, de 40 salários mínimos. Pedro recorreu, alegando que sua demanda se enquadra nos limites legais.**

**Considerando a disciplina da Lei nº 12.153/2009, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) A decisão foi incorreta, pois compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública processar e julgar causas de até 60 salários mínimos, conforme previsão legal, e o valor da causa encontra-se dentro desse limite.
- B) A decisão foi correta, mas a incompetência decorre da matéria, já que as causas que objetivam o pagamento de reflexos trabalhistas não podem tramitar no Juizado da Fazenda Pública.
- C) A decisão foi incorreta, pois não existe limite de valor para as causas propostas no Juizado da Fazenda Pública quando se tratar de diferenças salariais de servidor público municipal.
- D) A decisão foi correta, pois causas contra a Fazenda Pública não podem tramitar em juizados especiais, qualquer que seja o valor. 
- E) A decisão foi correta, pois o limite de competência do Juizado é de até 40 salários mínimos, competência esta absoluta.

**Questão 41**

**O Município de Pinhais - PR ajuizou execução fiscal contra a empresa Pinhaizinhos, visando à cobrança de crédito tributário regularmente inscrito em dívida ativa. A empresa foi citada, mas deixou transcorrer o prazo sem efetuar o pagamento ou garantir a execução. O Município, então, requereu ao juiz a penhora on-line de valores em conta bancária da devedora. À luz da Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830/1980), assinale a alternativa CORRETA.**

- A) O executado tem o prazo de 5 dias, contados da citação válida, para pagar a dívida ou garantir a execução, sob pena de prosseguimento do feito com penhora de bens.
- B) O executado tem o prazo de 15 dias, contados da citação, para pagar ou garantir a execução, sob pena de prosseguimento do feito com penhora de bens.
- C) O executado pode apresentar embargos à execução sem a necessidade de garantir o juízo.
- D) O prazo para pagamento ou garantia da execução somente se inicia após despacho judicial determinando a penhora.
- E) O executado somente seria citado para pagar ou garantir a execução após a realização de penhora prévia pelo juízo.

**Questão 42**

**A empresa Luz para Todos, que presta serviços e vende produtos de iluminação, contratou a empresa Limpa Limpa para realizar serviços de limpeza em suas dependências. Uma trabalhadora da empresa Limpa Limpa, após ser dispensada sem receber as verbas rescisórias, ajuizou reclamação trabalhista contra ambas as empresas. Constatou-se que a trabalhadora era empregada formal de Limpa Limpa, e que a terceirização realizada pela empresa Luz para Todos não envolvia qualquer fraude. Considerando a legislação trabalhista em vigor, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) A empresa Luz para Todos somente poderia ser responsabilizada se fosse constatada fraude na contratação, sendo vedada responsabilidade por inadimplemento.
- B) A empresa Luz para Todos responde automaticamente e de forma solidária sempre que a terceirização envolver atividade-meio.

- C) A empresa Luz para Todos pode ser responsabilizada subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas devidas pela empresa Limpa Limpa, caso esta não as satisfaça, conforme previsto na legislação trabalhista.
- D) A empresa Luz para Todos não pode ser responsabilizada em nenhuma hipótese, pois não era a empregadora formal da trabalhadora.
- E) A empresa Luz para Todos será sempre responsável solidária, independentemente da regularidade da terceirização e do contrato com a prestadora.

#### Questão 43

**Maria, empregada da empresa Restaurante e Cia, sofreu acidente típico durante o expediente e permaneceu afastada do trabalho por 40 dias, recebendo auxílio-doença acidentário. Após a alta médica, retornou às atividades, mas foi dispensada sem justa causa três meses depois. Maria ajuizou reclamação trabalhista requerendo sua reintegração ao emprego, alegando estabilidade provisória. Sobre o assunto, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) Maria tem direito à estabilidade provisória de 12 meses após a cessação do auxílio-doença acidentário, sendo nula sua dispensa imotivada, admitida a conversão em indenização substitutiva se a reintegração não for determinada judicialmente.
- B) Maria não tem direito à estabilidade, pois a dispensa imotivada é faculdade do empregador, independentemente do acidente.
- C) Maria não tem direito à estabilidade, pois seu afastamento foi inferior a 6 meses.
- D) Maria tem apenas direito à indenização substitutiva, ainda que a reintegração fosse juridicamente possível.
- E) Maria não tem direito à estabilidade, pois esta somente se aplica quando o afastamento é seguido de aposentadoria por invalidez.

#### Questão 44

**Na audiência de instrução em reclamação trabalhista, o advogado da empresa ré apresentou exceção de incompetência em razão do lugar, sustentando que a ação havia sido proposta em Vara do Trabalho de cidade diversa daquela em que o contrato foi executado. O juiz suspendeu o processo principal até decisão sobre a exceção. Com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a alternativa CORRETA.**

- A) As exceções suspendem o processo, mas só podem ser apresentadas por escrito antes da audiência inaugural, sob pena de preclusão.
- B) Não é admitida no processo do trabalho a exceção de incompetência, apenas as de suspeição ou impedimento do juiz.
- C) A exceção de incompetência não suspende o processo, pois no processo do trabalho, as exceções não têm efeito suspensivo.
- D) A exceção de incompetência suspende o processo principal até julgamento e pode ser apresentada oralmente em audiência ou por escrito.
- E) O oferecimento de exceção não suspende o processo, mas impede a parte de produzir provas sobre o mérito, até decisão final.



#### Questão 45

**O Município de Pinhais - PR editou lei prevendo a instituição de imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI) e, além disso, criou também imposto sobre grandes fortunas, alegando necessidade de aumento da arrecadação em decorrência de fortes chuvas que assolaram a região. Um contribuinte, ao ser notificado para pagar ambos os tributos, ajuizou ação questionando a validade da cobrança.**

**Considerando a disciplina constitucional da competência tributária, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) O Município só poderia instituir o imposto sobre grandes fortunas se houvesse lei federal delegando a competência e lei municipal aprovada por maioria absoluta dos vereadores.
- B) O Município não pode instituir o ITBI, por ser de competência estadual, mas pode instituir o imposto sobre grandes fortunas por lei ordinária municipal, desde que sobre contribuintes residentes em seu município.
- C) O Município pode instituir tanto o ITBI quanto o imposto sobre grandes fortunas, desde que exista lei complementar federal e estadual autorizando-o a criar o IGF.
- D) O Município não tem competência para instituir nenhum dos dois impostos, pois ambos são privativos da União.
- E) O Município tem competência para instituir o ITBI, mas não possui competência para instituir imposto sobre grandes fortunas, de competência exclusiva da União, que somente pode ser criado por lei complementar federal.

#### Questão 46

**A Associação Cultural Pinho é entidade sem fins lucrativos, devidamente registrada e que aplica integralmente suas receitas em atividades de caráter educacional. A referida Associação é proprietária de um imóvel urbano utilizado exclusivamente para cursos gratuitos de música, localizado no Município de Pinhais - PR. O Município de Pinhais notificou a entidade para pagamento de IPTU referente ao imóvel. A associação contestou a cobrança, invocando imunidade tributária. Diante dessa situação, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) A associação é imune apenas em relação a taxas, sendo devido o IPTU como imposto patrimonial.
- B) A associação é imune ao IPTU, pois a Constituição veda a instituição de impostos sobre o patrimônio de instituições de educação sem fins lucrativos, desde que atendidos os requisitos da lei.
- C) A associação não é imune, pois a imunidade constitucional destina-se exclusivamente a entidades de assistência social, não alcançando as educacionais.
- D) A associação não é imune, pois a imunidade do art. 150, VI, da Constituição, aplica-se apenas a impostos de competência da União.
- E) A associação não é imune, pois a fruição da imunidade depende de lei municipal específica que a reconheça caso a caso.

#### Questão 47

**A empresa Pinho de Luz adquiriu um automóvel novo em concessionária situada no Estado do Paraná e, ao registrá-lo no Município de Pinhais - PR, foi notificada para pagar o ICMS, incidente sobre a circulação da mercadoria, e o IPVA, devido anualmente pela propriedade do veículo. A empresa ajuizou ação alegando bis in idem, sob o argumento de que ambos os tributos incidiam sobre o mesmo bem.**

**Com base na Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) Não há *bis in idem*, pois ambos os tributos são de competência municipal, embora com fatos geradores distintos.
- B) Não há *bis in idem*, pois o ICMS é de competência da União e o IPVA é de competência dos Municípios.
- C) Há *bis in idem*, pois os dois tributos possuem fatos geradores idênticos, recaindo sobre o mesmo veículo, razão pela qual deve prevalecer o IPVA.
- D) Há *bis in idem*, já que ambos os tributos incidem sobre o mesmo bem – o automóvel – e são de competência do mesmo ente federativo, razão pela qual deve prevalecer o ICMS.
- E) Não há *bis in idem*, pois o ICMS é de competência dos Estados e do Distrito Federal e incide sobre a circulação de mercadorias, enquanto o IPVA é também de competência dos Estados e do Distrito Federal e incide sobre a propriedade de veículos automotores.

#### Questão 48

**O Prefeito de Pinhais - PR, diante de enchentes que atingiram diversos bairros, editou decreto declarando situação de emergência e determinando a requisição de máquinas de uma empresa local para auxiliar no resgate de famílias. Dias depois encaminhou à Câmara projeto de lei propondo criação de novos cargos em comissão vinculados à Defesa Civil, para enfrentamento da crise. Alguns vereadores questionaram a legitimidade do Prefeito para tais atos. Com base na Lei Orgânica do Município de Pinhais, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) O Prefeito não pode propor projeto de lei sobre organização administrativa, devendo a iniciativa partir da Mesa Diretora da Câmara.
- B) O Prefeito não pode requisitar bens de particulares, mesmo em situação de iminente perigo público, pois essa competência é exclusiva da União.
- C) O Prefeito somente pode editar decretos em matérias que não envolvam despesas, jamais em situações emergenciais.
- D) O Prefeito pode, em casos de iminente perigo público, requisitar bens de particulares, assegurada indenização posterior, pois a Lei Orgânica de Pinhais, em consonância com a Constituição Federal, confere-lhe tal competência, bem como lhe atribui a iniciativa privativa de propor leis sobre criação de cargos públicos.
- E) O Prefeito não possui competência para propor projetos de lei sobre cargos públicos, sendo essa atribuição exclusiva da Câmara Municipal.

#### Questão 49

**Um vereador de Pinhais - PR viajou ao exterior durante 90 dias consecutivos, sem solicitar licença ou comunicar previamente a Mesa Diretora da Câmara. Ao retornar, buscou reassumir imediatamente suas funções. No entanto, a Câmara questionou a manutenção de seu mandato. Conforme a Lei Orgânica de Pinhais, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) O vereador não perde o mandato, pois o afastamento por até 120 dias independe de comunicação à Câmara.
- B) O vereador somente perderia o mandato se faltasse à metade das sessões, e não à terça parte delas.
- C) O vereador perderá o mandato se deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo nos casos de licença ou missão autorizada pelo Legislativo, o que não ocorreu no caso narrado.
- D) O vereador não pode perder o mandato por ausência, mas apenas por condenação criminal transitada em julgado.
- E) O vereador não perde o mandato, ainda que tenha se ausentado das sessões ordinárias.

### Questão 50

**Durante o recesso legislativo no Município de Pinhais - PR, surgiu situação urgente que demandava apreciação imediata de projeto de lei autorizando abertura de crédito suplementar para garantir o pagamento da folha de servidores municipais. O Prefeito solicitou que a Câmara Municipal fosse convocada extraordinariamente. Entretanto, parte dos vereadores sustentou que a convocação só poderia ocorrer por iniciativa exclusiva do Prefeito, não sendo cabível por ato da própria Mesa Diretora da Câmara. Diante da disciplina da Lei Orgânica do Município de Pinhais, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) A convocação extraordinária da Câmara Municipal pode ocorrer por iniciativa do Prefeito ou do Presidente da Câmara, em caso de urgência ou interesse público relevante.
- B) A convocação extraordinária somente pode ser feita pela Mesa Diretora da Câmara, sendo vedada a iniciativa do Prefeito.
- C) A convocação extraordinária depende de autorização judicial, quando houver divergência entre o Executivo e o Legislativo.
- D) A convocação extraordinária por requerimento da maioria absoluta dos vereadores não é admitida pela Lei Orgânica de Pinhais, razão pela qual não se aplica no caso concreto.
- E) A convocação extraordinária somente pode ser realizada pelo Prefeito, sendo vedada a iniciativa da Câmara Municipal.

2025 © [ProSeleta](#)

